

Mudanças no ensino causam protesto

Nem mesmo a chuva que caía na tarde de ontem impediu os alunos dos centros educacionais Setor Leste e Setor Oeste de protestar contra a nova política da Secretaria de Educação. Com capas, guarda-chuvas ou folhas de papel sobre a cabeça, pelo menos 50 deles — acompanhados de alguns pais e professores — foram à Praça do Buriti.

Enquanto a maioria dos estudantes se manifestava na praça, fazendo um *apitaço* e agitando faixas, uma comissão de dez pes-

soas tentou ser recebida pela secretaria de Educação, Eurides Brito. Como ela estava em reunião de secretariado com o governador Joaquim Roriz, o grupo foi recebido pela diretora do Departamento de Inspeção do Ensino, Leila de Fátima Pavanelli Martins, no oitavo andar do anexo do Palácio do Buriti.

A secretaria vai mexer na grade horária das escolas públicas do Distrito Federal a partir do próximo ano. Disciplinas como Matemática, Física e Português

terão o número de aulas semanais reduzido para comportar três novas matérias: Sociologia, Filosofia e Ensino Religioso. Na grade de horários, entram também as aulas de Educação Física, que são dadas hoje no chamado contra-horário (quem estuda à tarde faz a parte física de manhã e vice-versa).

Alvino Lemos, um dos integrantes da comissão e pai de aluno, entregou à diretora um documento-manifesto redigido por pais, alunos e professores

dos centros educacionais Setor Leste e Setor Oeste. "Solicitamos a manutenção da grade curricular atual e que eventuais modificações estejam vinculadas a ampla discussão com a comunidade escolar e sua aprovação", propõe o texto, entre outras coisas. Leila Martins prometeu analisar a proposta.

"Fomos bastante surpreendidos com as portarias que mexem na grade horária", disse Alvino Lemos, o primeiro a falar. A diretora de Inspeção da Secretaria de Edu-

cação, em tom calmo e soridente, respondeu que "a medida não veio de cima para baixo, já vem sendo discutida amplamente há três anos". E acrescentou: "A nossa grade está dentro dos parâmetros curriculares da LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação)".

Mas as alegações não convenceram a comissão. "Não estamos satisfeitos", reclamou Alvino. Segundo ele, o grupo vai procurar ajuda do Ministério Público para conseguir reverter a redução na grade horária.